



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	O julgamento de crimes de prefeitos no tribunal de justiça do Estado de Minas Gerais: uma análise quantitativa
Autor	GUILHERME SANTOS NASCIMENTO
Orientador	LUCIANO DA ROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

TÍTULO: O JULGAMENTO DE CRIMES DE PREFEITOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

ALUNO: GUILHERME SANTOS NASCIMENTO

ORIENTADOR: PROF. DR. LUCIANO DA ROS

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa sobre respostas judiciais à corrupção no Brasil, que examina diferentes experiências deste fenômeno desde a redemocratização no final da década de 1980 no país. Em particular, esta pesquisa analisa quantitativamente os processos julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) em casos de crimes de prefeitos, somando-se a outras pesquisas realizadas no âmbito deste projeto que examinaram outros estados (como o Rio Grande do Sul) e experiências (como a Operação Lava Jato). Como se sabe, prefeitos gozam de foro por prerrogativa de função (o chamado “foro privilegiado”) junto aos Tribunais de Justiça estaduais. Neste sentido, examinar o processamento de casos que contenham denúncias contra eles é uma oportunidade para testar hipóteses relativas ao comportamento judicial em casos que envolvam o julgamento de autoridades políticas e dos crimes atribuídos a elas. O Estado de Minas Gerais é terreno fértil para essa análise por se tratar do estado brasileiro com o maior número de municípios e, portanto, de prefeituras (853), havendo ampla variação em relação ao conjunto de variáveis que pode impactar tais condenações. O propósito da pesquisa é realizar o levantamento de todos os casos recebidos e julgados pelo TJMG contra prefeitos municipais, e investigar os fatores associados à variação na incidência de condenações criminais desses gestores municipais. Para tanto, a pesquisa se baseia em três abordagens. Em primeiro lugar, ela descreve brevemente o funcionamento das instituições do sistema de justiça e de controle externo da administração pública existentes no estado. Estas incluem, além do TJMG, também o Ministério Público, a Polícia Civil e o Tribunal de Contas, entre outras. Em segundo lugar, a partir das informações disponibilizadas por essas instituições, a pesquisa realiza a análise estatística descritiva dos dados desses processos, incluindo variáveis como o número de denúncias apresentadas e de condenações realizadas, além de variáveis relativas aos tipos de crimes julgados, às penas impostas, ao perfil dos denunciados, às características dos municípios e dos próprios órgãos julgadores. Por fim, a pesquisa emprega modelos estatísticos multivariados que buscam capturar os determinantes da incidência de condenações criminais entre os prefeitos.